

A CIDADE NEGADA: NARRATIVAS DA PALESTINA SOBRE OCUPAÇÃO E VIOLÊNCIA COLONIAL

■ YASSMIN NASSER SAID SAGR

 <https://orcid.org/0009-0000-3237-5892>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

■ RAFAEL WOLSKI DE OLIVEIRA

 <https://orcid.org/0000-0003-4234-1455>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO

A contemporaneidade apresenta a questão palestina como um dos temas mais complexos, um cenário contínuo que se arrasta por mais de 75 anos, marcado pela Nakba (catástrofe) em 1948, na qual desde então, vidas enfrentam perigo, morte e uma série de violações de direitos sob ocupação militar israelense. Frequentemente, essa situação é retratada de forma unilateral, a partir da discursividade do ocidente. Por meio de uma pesquisa narrativa, o presente artigo busca discutir, principalmente, o regime de apartheid ao qual a população palestina está submetida e as restrições impostas sobre o direito de livre circulação em seu próprio território. Será apresentado o contexto histórico que resultou na ocupação do território pelo estado sionista de Israel, com ênfase na análise das adversidades sofridas pelo povo palestino e seu impacto na saúde mental. Busca-se, também, apresentar aos leitores fios condutores que ligam a opressão da palestina com a violência existente em outras cidades do mundo, como no caso das favelas brasileiras. Por fim, apresentaremos o momento atual, em que o povo palestino tem vivido uma continuação da Nakba, resultando em um novo genocídio, ocorrido desde o mês de outubro de 2023.

Palavras-chave: Colonização. Nakba. Apartheid.

ABSTRACT

THE DENIED CITY: PALESTINE NARRATIVES ABOUT OCCUPATION AND COLONIAL VIOLENCE

Contemporary times present the Palestinian issue as one of the most complex themes, a continuous scenario that has dragged on for more than 75 years, marked by the Nakba (catastrophe) in 1948, in which since then, lives have faced danger, death and a series of violations

of rights under Israeli military occupation. Often, this situation is portrayed unilaterally, based on Western discourse. Through narrative research, this article seeks to discuss, mainly, the apartheid regime to which the Palestinian population is subjected and the restrictions imposed on the right to free movement within their own territory. The historical context that resulted in the occupation of the territory by the Zionist state of Israel will be presented, with an emphasis on analyzing the adversities suffered by the Palestinian people and the impact on their mental health. The aim is also to present to readers threads that link the oppression of Palestinian population with the violence that exists in other cities around the world, as in the case of Brazilian favelas. Finally, we will present the current moment, in which the Palestinian people have been experiencing a continuation of the Nakba, resulting in a new genocide, which has occurred since October 2023.

Keywords: Colonization. Nakba. Apartheid.

RESUMEN

LA CIUDAD NEGADA: NARRATIVAS PALESTINAS SOBRE LA OCUPACIÓN Y LA VIOLENCIA COLONIAL

Los tiempos contemporáneos presentan la cuestión palestina como uno de los temas más complejos, un escenario continuo que se prolonga durante más de 75 años, marcado por la Nakba (catástrofe) de 1948, en que desde entonces, vidas se han enfrentado al peligro, la muerte y una serie de violaciones de derechos bajo la ocupación militar israelí. A menudo, esta situación se presenta unilateralmente, basándose en el discurso occidental. A través de una investigación narrativa, este artículo busca discutir, principalmente, el régimen de apartheid al que está sometida la población palestina y las restricciones impuestas al derecho a la libre circulación dentro de su propio territorio. Se presentará el contexto histórico que resultó en la ocupación del territorio por parte del estado sionista de Israel, con énfasis en analizar las adversidades que sufrió el pueblo palestino y el impacto en su salud mental. El objetivo también es presentar a los lectores hilos que vinculan la opresión de la población palestina con la violencia que existe en otras ciudades del mundo, como en el caso de las favelas brasileñas. Finalmente, presentaremos el momento actual, en que el pueblo palestino ha estado viviendo una continuación de la Nakba, resultando en un nuevo genocidio, ocurrido desde octubre de 2023.

Palabras clave: Colonización. Nakba. Segregación racial.

Introdução

A questão da Palestina é um dos temas mais complexos da contemporaneidade e que se arrasta por mais de setenta anos, marcada pelo nascimento do estado de Israel, conhecido pelos palestinos como Nakba (catástrofe) ocorrida no ano de 1948, representa um evento traumático e crucial na história do povo palestino, onde aldeias inteiras foram massacradas e cerca de 800 mil palestinos foram expulsos de suas casas. É inegável, a partir do resgate deste passado, que este episódio se configura numa estratégia colonial (uma entre outras tantas na história global) a partir de uma ocupação ilegal e de limpeza étnica, promovida pelas forças de ocupação sionistas de Israel.

Atualmente, o povo palestino continua sofrendo com a ocupação militar por parte de Israel, onde famílias palestinas são arrancadas de suas terras, suas casas e tem seus direitos violados, juntamente com suas narrativas apagadas e silenciadas, caracterizando um processo contínuo da Nakba que inclui várias outras estratégias executadas, entre elas: uma precarização extrema em relação à saúde, a educação, o impedimento de acesso à água, e a restrição dos direitos econômicos e políticos dos palestinos e a restrição do direito de ir e vir. Estas estratégias evidenciam uma violência estrutural ocasionada por um governo centrado pela necropolítica, que também se mostra guiado por um regime de apartheid colonialista baseado na ideologia racista sionista. O estado de Israel, dia após dia, continua cometendo violações graves contra o povo palestino, e é perceptível que grande parte do mundo ocidental se cala e se omite perante tal situação ou, ainda, referenda as violências perpetradas pelo estado de Israel.

Este artigo, direcionado ao dossiê “Cidades e narrativas”, vem apresentar a cidade negada ao povo palestino, discutindo principalmente

o regime de apartheid ao qual estão submetidos e as restrições impostas sobre o direito de livre circulação em seu próprio território. Trata-se de uma parte integrante da pesquisa “A questão da Palestina: Compreensões da Nakba até aos dias atuais e os impactos na saúde mental”, que teve como objetivo compreender como a ocupação de Israel na Palestina e os conflitos de guerra afetam a saúde mental daquela população, através de uma pesquisa narrativa com uma perspectiva decolonial do pensamento. Ballestrin (2013, p. 90) apresenta que a “superação da colonialidade do poder, do saber e do ser, apresenta-se como um problema desafiador a ser considerado pela ciência e teoria política estudada no Brasil”. A autora resgata que a colonialidade do poder é um conceito desenvolvido em 1989 por Aníbal Quijano, sociólogo peruano, o conceito “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (p. 99). Dessa forma, ao convidar os palestinos para narrarem sobre suas vidas e sobre seu território, a pesquisa apresenta uma perspectiva ético/política que contrapõe a narrativa hegemônica do ocidente sobre essa população, que insiste na desumanização dos palestinos como estratégia para perpetuação da violência. Ao final do artigo, apresentaremos um fio condutor que liga a opressão da palestina com a violência existente em outras cidades do mundo, como no caso das favelas brasileiras, a partir das contribuições da autora Soraya Misleh (2019).

Método

Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada a partir de entrevistas narrativas, semiestruturadas, utilizando um roteiro prévio de perguntas realizadas de forma online, via plataforma zoom. Os participantes da

pesquisa foram palestinos residentes na Palestina e no Brasil, que possuem experiências e vivências do que é estar em meio a conflitos sob a ocupação do exército Israelense. A amostra foi obtida através do método bola de neve, a partir de dois participantes que foram acionados primeiro, de acordo com Vinuto (2014), este método é uma forma de amostra não probabilística, utilizando cadeias de referência, participaram no total 6 entrevistados, sendo três mulheres e três homens. Não participaram das entrevistas adolescentes e crianças, restringindo-se apenas ao público adulto. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da instituição de ensino dos pesquisadores.

A cidade colonizada: entre sonhos e resistências

Gostaríamos de começar esta análise citando um poema de Mahmoud Darwish (nascido em 1941 e falecido no ano de 2008), um grande e conhecido poeta e escritor palestino que testemunhou a destruição de sua aldeia, Al Birweh, durante a Nakba e a implantação do estado sionista de Israel, em 1948. Em suas poesias, encontramos muitas questões relacionadas às narrativas das entrevistadas, e que atravessam, de certa forma, todos os palestinos. Entre elas, em especial, o poema intitulado “Confissão de um terrorista!”:

Ocuparam minha pátria
Expulsaram meu povo
Anularam minha identidade
E me chamaram de terrorista
Confiscaram minha propriedade
Arrancaram meu pomar
Demoliram minha casa
E me chamaram de terrorista
Legislaram leis fascistas
Praticaram odiada apartheid
Destruíram, dividiram, humilharam
E me chamaram de terrorista

Assassinaram minhas alegrias,
Sequestraram minhas esperanças,
Algemaram meus sonhos.
Quando recusei todas as barbáries
Eles... mataram um terrorista!

Ir para Palestina (voltar para visitar parentes e amigos) é cansativo, porque, por eu ser palestino, eu não posso sair daqui e ir direto para Israel, porque sou palestino e posso ser deportado. Eu tenho que fazer todo um caminho para entrar pela fronteira (Jordânia), tenho que pedir quase um favor para eu poder entrar na minha terra. É proposital isso, é pra tu cansar, pra não querer voltar! Só que eu... a minha vontade é de voltar lá, mesmo que seja cansativo, para demonstrar que eu tenho esse direito sim.

Na Palestina sentia medo quando tínhamos que sair de uma cidade para outra, ou de um bairro para outro, porque tínhamos que passar por muitas barreiras, era nesse momento que eu ficava com muito medo. Eu me frustrava muito, ficava com raiva, porque... exemplo... eu lembro que tinha um caminho que fazíamos da nossa casa até a casa da minha tia, era um caminho que levava... sei lá... meia hora, não sei... era pouco tempo, não era muito longe. Eu lembro que tinha mais de um caminho que levava até lá e, de vez em quando, o caminho tradicional era barrado, eles colocavam bloco grandes de barretas, justamente pra ti cansar e ter que fazer outro caminho pra tu ir aonde tu quer... Não tinha outra explicação! Por que eles colocavam um bloco ali? Por que colocavam barreiras com militares? Qual que é o motivo? Não tem... era pra frustrar aquela população, fazer que eles cansem, com que eles repensem se eles têm que estar ali ou não... E eles se sintam culpados... Aí me incomodava isso, tu tinha que pegar outro caminho. Às vezes tu pegava um caminho horrível... umas estradas assim... Eu tinha medo, não tinha nem iluminação, eu pensava: meu Deus, eu vou morrer... O carro vai cair. Aí, como tinha muitas rochas, muitas montanhas, tinha voltas que tinha de fazer com o carro e não tinha uma proteção, não tinha barreiras, e eu, imagina, meu Deus! Não tem iluminação, a gente vai cair... só para ir até a casa da minha tia tinha que fazer tudo isso, tem que passar por todo esse sufoco...

ou passar horas em filas... Porque nas barreiras os militares exigiam que abrissem o carro, mostrasse documentação, tinha que falar onde estava indo e acaba se tornando mais cansativo, e eu sentia medo assim... eles chegam no lado, tu tá sentado no carro, abria janela e via um militar com um fuzil na mão. Às vezes eles colocavam assim na janela (fuzil), apontando dentro do carro...

Todas essas formas de invalidar quem tu é, e de não permitir que tu entre, controlar o horário que tu entra, como tu sai, o horário da fronteira. Tudo isso invalida e faz que tu tenha uma sensação de não pertencer, mas é isso que eles querem, mas muito pelo contrário, eu sinto mais vontade, eu vou entrar, é minha terra, essa é a sensação...

As narrativas dos palestinos sobre seu território guardam intensa conformidade com a cidade colonizada, descrita por Franz Fanon, psiquiatra e filósofo da Martinica, um dos principais influentes dos estudos pós-coloniais. No livro “os condenados da terra”, publicado no ano de 1961, Fanon (2022) aponta que “o mundo colonizado é um mundo dividido em dois” (p. 34) e que a fronteira, a linha divisória, é evidenciada pelas delegacias de polícia e quartéis. No caso da Palestina, a divisão deste mundo em dois mundos ainda é mais evidente pela presença de um muro real. “A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem” (p. 35). Estas duas zonas “obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando” (p. 35). Fanon descreve que a cidade do colono é feita “de material resistente, toda de pedra e de ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, em que latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem sonhados” (p. 35). Enquanto que:

[...] a cidade do colonizado [...] é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí

se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa aonde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros. (Fanon, 2022, p. 29).

Na cidade negada aos palestinos, fica a questão: quem deu ao estado de Israel o direito de negar todos os direitos? Este questionamento é feito por Eduardo Galeano, em um artigo publicado no ano de 2012. Nos dias atuais, a Palestina enfrenta um genocídio, talvez o primeiro genocídio com cobertura em tempo real, dado a instantaneidade e alcance das mídias tradicionais ali presentes e das redes sociais. No entanto, antes de outubro de 2023, diariamente políticas de exclusão eram aplicadas pelo estado sionista de Israel, baseado em uma ideologia racista e colonialista, que aplica inúmeras violações de seus direitos tais como: deslocamento forçado, confisco de terras, prisões ilegais, execuções e isolamento. Essas violações, - constantemente denunciadas pelos palestinos e órgãos internacionais de direitos humanos que atuam na região, e ignoradas pelas instituições internacionais garantidoras de direitos - foram crescendo ao longo dos anos, atingindo uma escala em um grau elevado a partir da ascensão de um político de extrema direita no cargo de primeiro-ministro de Israel, no ano de 2022.

Durante uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil, apresentada no dia 8 de outubro de 2019, Pedro Charbel levanta um breve panorama das violações do regime israelense de apartheid, ocupação e colonização. No discurso, Charbel aponta que, atualmente, estipula-se cerca de cinco milhões de palestinos refugiados, que não têm seu direito de retorno respeitado, de acordo com a Resolução 194 adotada pela ONU, enquanto judeus, mesmo que naturalizados em outros países, têm fácil acesso a esse retorno.

“Quando nos referimos a um regime de apartheid em Israel – Palestina, não estamos dizendo que é um acontecimento igual ao da África do Sul. Mas que o crime de apartheid também é tipificado em um direito internacional, e se define como dois sistemas de leis distintos aplicados por critérios étnicos raciais. Como exemplo: quando você permite que um não retorne a sua casa por não ser judeu. Mas que outro possa migrar para aquele mesmo território por pertencer a um determinado tipo étnico racial, você está cometendo um crime de apartheid”¹

No ano de 2001, o governo israelense apresentou ao Parlamento a proposta de construção de uma barreira física, sob a alegação de que objetivava separar palestinos e israelenses no entorno e dentro dos territórios ocupados, por motivos de “segurança” (Zarif, 2012). Tal barreira foi condenada pela Corte Internacional de Justiça, a qual considerou que o muro viola o Direito Internacional por não ser essencial à segurança de Israel e impedir a livre movimentação dos palestinos (Haydu, 2011). Zarif (2012, pág.26) ressalta que:

O muro cria verdadeiros campos de concentração de palestinos, cujas vidas foram severamente impactadas, pois o isolamento que lhes é imposto dificulta o seu desenvolvimento econômico, impõe aos palestinos enormes dificuldades de acesso à saúde, à educação e ao trabalho.

Além do mais, o muro atravessa poços, nascentes e cisternas que eram utilizadas pelos palestinos. Apesar de Israel alegar segurança nacional contra atentados terroristas, o objetivo dessa construção seria efetivar a posse de grande parte do potencial do aquífero da montanha (Santos, 2018). Culminando, dessa maneira, em outra forma de violência aplicada contra a população palestina, o apartheid hídrico que, conforme Santos (2018, p. 146), resulta em severas condições de desigualdade entre israelenses e palestinos:

¹ Ver em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/57352>

As restrições impostas pelo Estado de Israel aos árabes fazem com que o direito humano de acesso à água se torne desigual na vida de um palestino se comparado a de um judeu. Há estimativas de que o consumo de água na Cisjordânia e na Faixa de Gaza encontre-se na linha de 70 litros por pessoa/dia, uma cifra abaixo do recomendado pela OMS, que estipula 100 litros per capita/dia. Em contrapartida, o consumo israelense atinge 300 litros por pessoa/dia em 2011.

Todas as civilizações do mundo dependem desse recurso para seu desenvolvimento social, cultural, agrícola ou industrial (Santos, 2018). Sendo este um direito reconhecido pela Organização das Nações Unidas ONU, em 2010, por meio Resolução nº 64/292, que reconhece o direito à água potável e limpa e o direito ao saneamento como essenciais para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos. Como citado acima, Israel restringe esse direito básico e extremamente essencial.

Vemos também a quebra de direitos nas prisões israelenses, em que se escancara a violência acometida sob os presos palestinos, muitas vezes em prisões administrativas. Como relata Sayid (2021, online):

Os presos palestinos estão sujeitos às mais indignas, duras e violentas condições de encarceramento, sendo rotineiramente submetidos à tortura e ao desaparecimento, incluindo os que se encontram em detenção administrativa, um procedimento que permite que as forças de ocupação israelenses prendam palestinos indefinidamente sem acusação formal e sem permitir que eles sejam julgados.

A detenção administrativa é um dos mais flagrantes métodos de perseguição do apartheid israelense e pode ser renovada por tempo ilimitado (Sayid, 2021). Dentre os presos em detenções administrativas, encontram-se também crianças, que são expostas a diversas violências. O direito internacional permite que um Estado utilize as detenções administrativas

apenas em situações de emergências, e somente se uma audiência justa puder ser fornecida, na qual o detido possa contestar as acusações contra ele, como prevê o Artigo 78 da Convenção de Genebra. Segundo uma reportagem apresentada pela rede de comunicação Al Jazeera, em 2022, havia 604 palestinos detidos em detenção administrativa do início do ano até o final de abril, segundo uma pesquisa realizada no mês de maio de 2022 pelo grupo de direitos humanos israelense HaMoked.

Quando falamos sobre os direitos violados por parte de Israel é necessário falar, também, sobre a vida das crianças palestinas, que tem suas infâncias tumultuadas e, por vezes, roubadas junto com os seus direitos. Diante da aplicação de legislação internacional, por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança e os relatórios do Comitê para os Direitos da Criança da ONU, Israel ratificou e se comprometeu de enviar relatórios, nos quais já passaram quatro ciclos de envio, sendo o primeiro envio iniciado em 2001. Ao analisar o primeiro relatório, entregue por Israel em 2001, o Comitê condena a ocupação ilegal da Palestina e o fato de que a definição legal de criança é diferente entre crianças israelenses e crianças palestinas (Faria, 2014). De acordo com Faria (2014, p.52), “após as apresentações dos seguintes ciclos de envio, ONGs enviaram suas informações ao Comitê ao longo da segunda metade de 2012, para ajudá-lo a elaborar a sua lista de questões, que foi publicada no final de novembro do mesmo ano”.

Faria (2014) aponta que foram identificados diversos problemas e violações apontadas pelas Ongs. Em relação ao direito à saúde, o relatório foca em quatro problemas principais: mortalidade infantil e saúde materna; negação do acesso à água, e o tratamento de crianças árabes com deficiências, aspectos em que considera que Israel viola os direitos e preceitos dos artigos 19, 23, 24 e 26 da Convenção.

A violência contra crianças palestinas ocorre antes mesmo de seu nascimento, como aponta Misleh (2019, online), em um dado levantado em 2005 pelo Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas que denunciava:

Entre setembro de 2000 e dezembro de 2004, 61 gestantes foram impedidas de ter seus filhos em hospitais: sua passagem foi barrada em postos de controle israelenses na Cisjordânia, Palestina ocupada em 1967. Tiveram seus filhos ali, o que resultou na morte de 36 dos bebês. Estatística que se mantém. Algumas foram ainda espancadas, mesmo grávidas.

Outra violação grave e que explicita o apartheid é o fato de que crianças a partir de 12 anos, diante das leis militares aplicadas na Cisjordânia, podem ser presas. Segundo Ferreira (2017, online), de acordo com estas leis lei:

Dos 12 aos 13 anos, palestinos estão sujeitos a uma pena máxima de 6 meses; dos 14 aos 15, são potenciais 12 meses na prisão, com a exceção de crimes com sentença de 5 anos ou mais. Em 2011, o comando militar israelense aumentou a maioria em seu sistema dos 16 para os 18 anos. Entretanto, palestinos na faixa de idade de 16 a 17 ainda são sujeitos às mesmas sentenças que adultos.

A DCI-P (Defense for Children International – Palestine Section) cita a grande quantidade de crianças palestinas ilegalmente presas simplesmente por estarem próximas da fronteira (Faria, 2014). Segundo Ferreira (2017), a razão mais comum para a prisão de crianças é justamente a acusação de atirar pedras em alvos militares ou assentamentos. A DCI-P ainda realiza denúncias quanto ao sistema de prisão e julgamento militar, ou seja, os abusos de poder utilizados pelos interrogadores, através de ameaças e isolamento, para coagir essas confissões (DCI-P, 2016). Muitos desses procedimentos são realizados em hebraico, uma língua que essas crianças não falam (ALUDAI-

NI, 2020). “A cada quatro crianças presas, três sofrem algum tipo de violência física durante a prisão, transporte ou dentro de bases militares”. (DCI-P, 2016, p. 66)

Em uma reportagem postada no site da DCI -P, em julho de 2021, relata que, naquele mesmo mês, forças israelenses invadiram a sua sede. Como já dito anteriormente, esta ONG denuncia assassinatos e violações aos direitos das crianças palestinas. No entanto, nesta invasão foram confiscados computadores, laptops e arquivos. Este tipo de ameaça e coação, contra entidades em defesa dos direitos humanos, são estratégias para que violações sigam ocorrendo sem visibilidade e comoção por parte do ocidente.

Como sintetizar a infância de uma criança palestina? Uma infância ocupada, roubada, em meio aos escombros e traumática, que acarretará marcas para o resto de sua vida. Em particular, as crianças da Faixa de Gaza são ainda mais atingidas, onde surtos regulares de agressão e a deterioração das condições de vida deixaram uma geração com necessidade desesperada de apoio psicossocial e incapaz para desfrutar ou experimentar a infância (Aludaini, 2020). Viver, existir e se identificar como palestino é um ato de resistência, que perpassa gerações, sendo um ato que começa antes mesmo do nascimento. Israel deveria fazer cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, mas se recusa a reconhecer essa obrigação. Aludaini (2020, online) ressalta ainda que: “a política de impunidade de que os soldados israelenses gozam internamente, sabendo que não serão responsabilizados por violações, os incentiva a continuar e aumentar sua agressão às crianças palestinas”.

Baseados nos conceitos de Mbembe, a necropolítica é definida como a política de subjugação da vida ao poder da morte, com a soberania sendo a “capacidade de definir [...] quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2016,

p. 135). O governo Israelense atua de tal forma que suas estruturas políticas de ocupação se transformam em máquinas de aniquilação de grupos e sujeitos, ou seja, os palestinos, operando assim em uma dinâmica de soberania. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2016).

Cabe ressaltar que o direito de matar ou deixar morrer englobam uma série de fatores que ocasionam a morte de indivíduos ou grupos sociais, tais como: a migração forçada, a perda de direitos básicos (saúde, moradia e alimentação), o incremento do risco de morte, as guerras e a morte política. Assim, temos que o Estado e os governos podem matar ou deixar morrer, podem aniquilar ou expor ao aniquilamento. (Costa e Queiroz, 2021, p. 118).

De acordo com Barbosa (2020), as ações e omissões do governo de Israel para com o povo palestino se caracterizam como políticas de morte em inúmeras facetas, incluindo algumas anteriormente citadas aqui. O necropoder é uma tese pós-colonial que está fincada nos pressupostos da crítica ao colonialismo, e a Palestina ocupada é fruto desta colonização racista e genocida promovida pelos ocupantes sionistas.

A cidade sitiada: relatos sobre checkpoints, pontos de humilhações

Os “checkpoints” são postos de controle, criados pelas forças de ocupação israelense, que tem como finalidade “aumentar a segurança” de Israel e de seus assentamentos. Esse sistema, de fechamento e monitoramento de movimento dos palestinos, “inclui uma rede de postos de controle militares israelenses com bloqueios de estradas, portões e cercas/paredes sinuosas”, de acordo com o relatório apresentado pela Anistia Internacional (2022,

p. 96). Além de restringir o movimento entre as comunidades palestinas, acaba por separar palestinos de suas terras agrícolas e dificulta o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e para o trabalho (Amnesty International, 2022).

Todas as manhãs, antes do amanhecer, dezenas de milhares de trabalhadores palestinos cruzam postos de controle militares israelenses a caminho de seus locais de trabalho, em cidades israelenses e palestinas além da Linha Verde. Vindo de toda a Cisjordânia ocupada, os trabalhadores fazem fila antes dos postos de controle abrirem, a fim de chegar aos seus locais de trabalho a tempo. Para muitos, isso significa levantar e sair de casa na calada da noite. Cerca de 70.000 palestinos, com permissão de trabalho israelense, fazem esse trajeto diário. Eles trabalham além da Linha Verde devido à alta taxa de desemprego nos territórios palestinos – um subproduto da ocupação israelense de 50 anos. (Al Jazeera, 2018, online)

Durante a pesquisa, a questão dos checkpoints foi um dos pontos que mais entrou em questão, sendo eles uma das formas mais claras da violência, em especial a violência psicológica, cometida por Israel contra os palestinos. Estes postos de controle apresentam-se superlotados e humilhantes, carentes de infraestrutura e saneamento. A exposição a essas humilhações e ao cansaço de enfrentar filas e aos longos tempos de espera nestas barreiras dificultam ainda mais o cotidiano da população oprimida por Israel, tendo que muitas vezes se submeterem a caminhos clandestinos que colocam suas vidas ainda mais em risco. “Devido à condição de confinamento extremo em lugares tão pequenos, alguns trabalhadores palestinos foram esmagados até a morte nestas passagens. (Al Jazeera, 2018, online). Abaixo vemos três desses relatos, narrados durante as entrevistas, de palestinos que tiveram de passar por essas barreiras impostas pelas forças de ocupação Israelense:

Eu me senti um lixo ali! Um lixo! Vamo! Anda, anda, anda! Como se tivesse tocando gado, um bicho! Me senti um bicho. Era uma fila gigantesca, com mulheres e crianças, e tratavam assim, as pessoas já entravam na fila estressadas...

Teve uma coisa que me marcou muito, que eu me senti como se fosse gado, um animal indo para o abate, sabe? Foi isso o que eu senti em um checkpoint, perto de Jerusalém, perto de Jerusalém fica tudo mais problemático... Ali eu me senti muito mal. Porque a gente chega e fica um atrás do outro, numa fila quilométrica, uma coisa bizarra, uma fila enorme... Lá, foi um dos lugares que mais me abalou, é presenciar a segregação de perto... isso me deixa revoltado, eu olhava para aquelas mulheres com filhos, aquelas crianças, e me emocionava, tu olha e se questiona: por quê? Não é fácil... é muito triste...

Passei por muitos checkpoints. O último foi quando sai da Palestina, para ir até o aeroporto, para vir para o Brasil. Saí de casa era meia noite, já saímos mais cedo, pois sabíamos que iríamos demorar, devido aos checkpoints. Eles nos atrasam de propósito. Em cada parada, tivemos que abrir nossas malas e tirar tudo de dentro, também passavam um espelho embaixo do carro. Era noite e fazia muito frio, era inverno, e eles debochavam de nossa cara. Rindo, oferecendo chá, e... quando falássemos qualquer coisa, perguntando se ia demorar muito, éramos avisados que, se quiséssemos irmos embora, era melhor ficarmos calados, se não ia demorar mais. Dificultaram o máximo possível! Quando chegamos no aeroporto já era 5h da manhã. Sem os checkpoints, o caminho duraria, em média, uma hora e meia ou duas horas. No aeroporto passei por mais revistas e me senti muito exposta e constrangida, era somente eu que não conseguia passar e ficavam vasculhando muito minhas malas e acabei ficando sem paciência, pois via que os olhares começaram a se direcionar à mim, pois gera uma curiosidade de todo mundo... Quando questionava o porquê de tudo aquilo? Só ouvia que o melhor era ficar quieta, e quanto mais sem paciência, eles viam que eu ficava pior, pois demoravam ainda mais e eu já estava com medo de perder meu voo e ficar presa naquele local e a minha família ter que partir antes de mim. Eu já estava sem paciência e

muito constrangida e fui obrigada a passar por uma revista individual, onde tive que tirar toda minha roupa e até entre os dedos dos meus pés eles revistaram, me senti muito humilhada e com vergonha, parecia carregar uma culpa que não existia... Mesmo com todas as dificuldades, sinto vontade de retornar e ver meus amigos e parentes. Se pudesse, retornaria todos os anos, pois, é a minha terra.

Estes “controles” têm como objetivo fortalecer o cerco imposto por Israel em várias frentes, afetando profundamente a vida do povo palestino, delimitando o desenvolvimento econômico, acesso a saúde educação, trabalho e gerando impactos psicológicos significativos na população sitiada.

As cidades interligadas: os fios que ligam as violações contra o povo palestino com as violações nas favelas brasileiras

“Chega de chacina da PM na favela e de Israel na Palestina!” (canto entoado nos atos ocorridos no mês de outubro de 2023 em prol da Palestina e o cessar fogo).

O estado sionista de Israel é um líder mundial na indústria militar, que desempenha um papel significativo em sua economia, exportando para o mundo tecnologia de ponta na indústria da guerra, sendo um dos maiores fornecedores de tecnologia militar para o Brasil. De acordo com Misleh (2019) os contratos bilaterais do governo brasileiro com Israel chegavam a quase 1 bilhão e que “além de acordos com a União, governos estaduais como o do Rio de Janeiro e de São Paulo têm municiado suas polícias com as tecnologias e técnicas que sustentam a ocupação da Palestina” (p. 45).

A militarização é atravessada na vida cotidiana, principalmente nas favelas brasileiras que são frequentemente associadas à criminalidade, tirando a vida de muitas pessoas

em decorrência da guerra às drogas, a imensa maioria de pessoas negras e pobres. Misleh (2019) apresenta que parte das aquisições brasileiras, testadas nas “cobaias” palestinas, são os blindados israelenses, chamados de “caveirões” no Rio de Janeiro e de “guardiões” em São Paulo. “Em uma licitação no dia 21 de janeiro de 2013, o Governo do Rio de Janeiro comprou oito desses blindados da israelense Global Shield, por cerca de R\$ 6 milhões” (p. 46) a aquisição, às vésperas da copa do mundo de 2014, onde o Rio de Janeiro foi a sede, seria visto como uma oportunidade à Global Shield que apresenta “o maior showroom de segurança pública mundial” (p. 47). Além de equipamentos, há também outros negócios envolvendo o estado israelense e a militarização das periferias brasileiras, como o caso de treinamentos “por Israel ao que chamam de “polícia comunitária”: um eufemismo para forças de ocupação” (p. 47).

Neste texto intitulado “armas de Israel matam na Palestina e em favelas brasileiras”, Soraya Misleh (2019) aponta que “os palestinos são “cobaias” da militarização nas favelas brasileiras e mundo afora” (p. 46) e que “Gaza tornou-se o laboratório humano perfeito há 12 anos, a partir da imposição por Israel de um cerco cruel à estreita faixa. Massacres via bombardeios são frequentes desde então” (p. 46). Neste verdadeiro campo de concentração a céu aberto, um dos locais mais densamente povoados do mundo, onde vivem mais de 2 milhões de pessoas, “são testadas novas tecnologias militares que depois se destinam à exportação” (p. 46).

Outra conexão entre as favelas brasileiras e o território palestino ocupado se refere ao apartheid social. Misleh (2019) aponta que muitas operações nas favelas são realizadas pelo exército e polícia e fazem os chamados fichamentos nas entradas e saídas de moradores. “Eles os revistam, pegam suas identidades,

pedem para que fiquem esperando sentados em uma cadeira, para conferir se eles têm algum tipo de violação ou passagem pela polícia” (p. 47). A autora corrobora com os relatos dos entrevistados nessa pesquisa sobre as humilhações e impedimento do direito à circulação ocorrida na Palestina, que são semelhantes aos que ocorrem em periferias no Brasil. “Algo muito parecido só que de uma forma muito mais intensa na Palestina, onde os moradores em seus locais, suas aldeias, seus territórios, são obrigados a passar pelos checkpoints (postos de controle)” (pá. 47). Dessa forma, além das armas de Israel, que matam jovens, mulheres e crianças, lá e aqui, existem outras conexões que aproximam a opressão dos palestinos com os moradores das favelas no Brasil.

A cidade em ruínas: outubro de 2023, a contínua nakba e o genocídio da população palestina

O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior. (Fanon, 2022, p, 46).

Com a ascensão de um primeiro-ministro de extrema direita em Israel, a violência e sufocamento contra os palestinos aumentou significativamente nos últimos anos, com uma escalada intensa no ano de 2023. Colonos israelenses extremistas e radicais têm se sentido legitimados pelo atual governo para intimidar, humilhar e agredir palestinos. As prisões administrativas de palestinos também aumentaram no período e, no dia primeiro de outubro de 2023, colonos extremistas israelenses invadiram a mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, provocando tumulto e aumentando, ainda mais, as tensões na região com este ato provocativo. No dia 07 de outubro de 2023 o grupo de movimento político de resistência, libertação nacio-

nal e liderança militar, Hamas, um dos maiores grupos militantes da Palestina e que controla a Faixa de Gaza desde 2007, lançou uma operação contra o estado imperialista de Israel, chamada como Operação Tempestade Al Aqsa, em resposta a contínua ocupação militar e colonização de terras palestinas, como também pela escalada de violência na região ocupada, com um sistema de opressão que corresponde à definição legal de apartheid. Em resposta a esses avanços o estado de Israel tem respondido com a força de uma superpotência militar, tornando Gaza um campo de extermínio, região esta que já vivia sob bloqueio terrestre, marítimo e aéreo.

No dia 24 de outubro de 2023, o secretário geral da ONU Antônio Guterres, em discurso no conselho de segurança, pede um cessar-fogo para evitar o agravamento da crise no Oriente Médio, e afirma que “os atos do Hamas não aconteceram por acaso. O povo palestino foi submetido a 56 anos de uma ocupação sufocante. Eles viram suas terras serem brutalmente tomadas e varridas pela violência?”. O discurso foi criticado pelas autoridades israelenses, que solicitaram a renúncia do cargo pelo secretário geral. Em 31 de outubro de 2023, Craig Mokhiber, diretor do New York Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) da ONU, solicita a renúncia de seu cargo, devido ao fracasso da ONU pelo impedimento do genocídio palestino em Gaza, expondo em uma carta de renúncia a realidade do massacre, afirmando que a Organização das Nações Unidas fracassou, e a entidade está submetida aos interesses e pressão dos EUA. Em sua carta, afirma que:

“Mais uma vez, estamos vendo um genocídio se desenrolar diante de nossos olhos, e a Organi-

2 Ver em: https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/24/secretario-geral-da-onu-se-diz-preocupado-com-violacoes-humanitarias-no-conflito-em-gaza.ghtml&sa=D&source=docs&ust=1700015410405883&usg=AOvVaw0_Md-7SJ3Xn0GPRRkRE2abp

zação a que servimos parece impotente para impedi-lo...” (Craig Mokhiber, 2023, carta de renúncia cargo ONU).

Atualmente estamos presenciando um genocídio e uma crise humanitária em Gaza ocasionada pelas forças de ocupação israelense, enquanto esse artigo era editado, o número de mortos ultrapassava 11100, somando mais de 28000 feridos, e quase 1,5 milhões de pessoas que foram deslocadas na Faixa de Gaza desde 7 de Outubro. Foram causados danos significativos na infraestrutura em geral, e aos serviços essenciais, que estão enfrentando um colapso no sistema de saúde. A alimentação e o acesso a água se tornaram extremamente escassos, como pontua um relatório disponibilizado pela ONU em que a água que chega pelo Egito em garrafas e galões “satisfaz apenas 4% das necessidades dos residentes por dia” (ONU, 2023, on-line), com base numa atribuição de três litros por pessoa por dia para todos os fins, incluindo cozinha e higiene. Enfatizando ainda que:

No total, 650 caminhões de ajuda entraram em Gaza desde que as entregas foram retomadas em 21 de outubro. O Ocha (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários) lembrou que antes do início do confronto, uma média de 500 caminhões entravam em Gaza todos os dias. A OMS classificou a quantidade de ajuda que conseguiu fornecer até agora como “uma gota no oceano” em comparação com as enormes necessidades. (ONU, 2023, on-line).

Os hospitais que restaram têm servido de abrigo a milhares de feridos e refugiados e se encontram lotados, não conseguindo comportar tamanha demanda. Há falta de profissionais, de suprimentos e equipamentos básicos, fazendo com que as cirurgias sejam realizadas sem anestesia, com a intensificação do fluxo de pacientes gravemente feridos, como relatada a MSF (Médicos Sem Fronteiras), presente

há mais de 20 anos na região; em que pessoas tem chegado em busca de atendimento com ferimentos traumáticos complexos, queimaduras, fraturas e membros esmagados. Além das pessoas com ferimentos graves, corre-se o risco da propagação de doenças infecciosas como alerta a OMS:

A falta de combustível levou ao encerramento de fábricas de dessalinização, aumentando significativamente o risco de infecções bacterianas, como a diarreia, que se espalham à medida que as pessoas consomem água contaminada. A falta de combustível também comprometeu a coleta de resíduos sólidos, criando um ambiente propício à proliferação rápida e generalizada de insetos, roedores que podem transportar e transmitir doenças.³

Os bombardeios são contínuos e seguem se intensificando, as redes de água, eletricidade e gás foram afetadas, sendo bombardeadas e bloqueadas. Israel tem atingido nos bombardeios escolas, hospitais, prédios residenciais, igrejas, mesquitas, rotas de evacuação e campo de refugiados, cometendo crimes graves de guerra como previsto na convenção de Genebra, usando também armamento proibido internacionalmente, como o fósforo branco, altamente tóxico que causa incêndios intensos e queimaduras graves em alvos humanos e materiais.

Se propaga também pela mídia ocidental hegemônica a desumanização da população palestina em Gaza, silenciando sua dor, perda e sua história. O racismo sionista é gritante, e um dos exemplos mais recentes é quando vemos em uma coletiva de imprensa, o ministro israelense, Yoav Gallant, na liberdade de qualificar os palestinos como “animais” e ordenar um aumento nas intensidades dos ataques na faixa de Gaza. Não existe proteção para os civis

³ Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-11/sem-combustivel-hospital-em-gaza-encerra-atividades-essenciais#:~:text=Diarreia%20e%20contamina%C3%A7%C3%B5es&text=Desde%20outubro%2C%20foram%20notificados%20mais,cinco%2C%20ainda%20segundo%20a%20OMS>

e nem escapatória. Israel tem cortado as redes de comunicação, como o acesso a sinais de telefone e internet, isolando Gaza do resto do mundo, impossibilitando ainda mais o grito de socorro da população, que tem padecido com a escalada de violência.

“A imprensa ocidental está desumanizando continuamente os palestinos para facilitar o genocídio e transmitindo propaganda de guerra e defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitui incitação à discriminação, hostilidade e violência...”. (Craig Mokhiber, 2023, carta de renúncia cargo ONU).

Mesmo frente a esse preocupante cenário, vemos diversos líderes mundiais e instituições internacionais garantidoras de direitos se calarem ou referendar o “direito” de Israel praticar o genocídio em Gaza, não tomando nenhuma medida necessária e significativa para cessar fogo e evitar a morte de milhares de inocentes.

“Este é um caso clássico de genocídio. O projeto colonial europeu, etno-nacionalista, de colonização na Palestina entrou na sua fase final, rumo à destruição acelerada dos últimos remanescentes da vida indígena palestina na Palestina. Além do mais, os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de grande parte da Europa são totalmente cúmplices deste terrível ataque. Não só estes governos se recusam a cumprir as suas obrigações do tratado “para garantir o respeito” pelas Convenções de Genebra, como também estão de fato a armar ativamente o ataque, a fornecer apoio econômico e de inteligência, e a dar cobertura política e diplomática às atrocidades cometidas por Israel.” (Craig Mokhiber, 2023, carta de renúncia cargo ONU).

Além dos ataques em Gaza, é crescente a violência na Cisjordânia ocupada contra a população palestina, não só pelas forças militares da ocupação sionista de Israel, mas também pelos colonos israelenses, em que o governo tem facilitado e flexibilizado o acesso a licença para porte de armas. A discriminação e a perseguição se intensificam dia após dia no coti-

diano de palestinos, em Jenin, na Cisjordânia, um campo de refugiados também foi alvejado, há também denúncias da destruição de estradas e na infraestrutura da região, onde edifícios simbólicos foram derrubados e destruídos por escavadeiras e tanques pelas forças de ocupação sionista, além do grande aumento das detenções administrativas, uma forma de detenção arbitrária, acompanhadas de violências e abusos sistemáticos.

Durante o último mês, testemunhamos um aumento significativo no uso da detenção administrativa por Israel, detenção sem acusação ou julgamento que pode ser renovada indefinidamente, que já estava no máximo dos últimos 20 anos antes da última escalada das hostilidades em 7 de outubro. A detenção administrativa é uma das principais ferramentas através das quais Israel impôs o seu sistema de apartheid contra os palestinos. Testemunhos e provas de vídeo também apontam para numerosos incidentes de tortura e outros maus-tratos por parte das forças israelitas, incluindo espancamentos severos e humilhação deliberada de palestinos que estão detidos em condições terríveis. (Heba Morayef, 2023, tradução nossa).⁴

Toda a situação, reportada há mais de 75 anos, e a atual escalada de violência, o genocídio, expõem a população palestina a episódios extremamente traumáticos e de adoecimento psíquico, com ondas de lutos sobrepostos e sintomas abundantes de ansiedade, medo e desesperança. O pesadelo do terrorismo israelense aplicado contra o povo palestino, ficará como cicatrizes profundas, mesmo após as bombas pararem de cair, o trauma permanecerá e levará gerações para enfraquecer. Enquanto isso, o estado sionista de Israel segue impune comentando crimes graves contra a humanidade.

⁴ Ver em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-horrifying-cases-of-torture-and-degrading-treatment-of-palestinian-detainees-amid-spike-in-arbitrary-arrests/>

Considerações finais

Buscou-se neste artigo apresentar a cidade negada ao povo palestino, discutindo, principalmente, o regime de apartheid ao qual estão submetidos e as restrições impostas sobre o direito de livre circulação em seu próprio território. A partir da pesquisa realizada em 2022, intitulada “a questão da Palestina: Compreensões da Nakba até aos dias atuais e os impactos na saúde mental” onde, através das narrativas do povo palestino, buscou-se compreender como é a vida e os processos de subjetivação em território ocupado.

Procurou-se, também, traçar linhas que interligam a violência do povo palestino com outros povos, como no caso das populações moradoras nas periferias do Brasil, pois a violência colonial contra um povo se propaga em outros territórios desiguais e com herança colonial. Infelizmente, enquanto escrevíamos este artigo, a população palestina passava por um novo capítulo da Nakba, trata-se do atual genocídio da população palestina ocorridos desde o mês de outubro de 2023, em que vemos nitidamente a força da necropolítica usando do poder social, midiático e político para ditar quem vive e quem morre.

Dessa forma, o artigo também abordou as violações ocorridas durante a destruição da Faixa de Gaza e a tentativa de extermínio de sua população. O convite aos palestinos narrem suas próprias histórias parte de uma perspectiva ético/política e decolonial de pesquisa. Escrever sobre esta temática em meio a um genocídio em curso, também se torna um manifesto. A violação de direitos dos palestinos pelo estado sionista de Israel não é algo novo e se perdura por mais de 75 anos, é urgente o fim da impunidade; os palestinos clamam por paz, dignidade e principalmente pela sua liberdade para viverem plenamente. É inegável que tais atrocidades tem deixado marcas de traumas transgeracionais a essa população.

Referências

- AL JAZEERA. Checkpoints: Israel's military checkpoints: we live a life of injustice. Al Jazeera, On-line. 2018. Disponível em: <https://interactive.aljazeera.com/aje/2018/commuting-through-israeli-checkpoints/index.html> Acesso em: 10 out. 2023.
- ALUDAINI, Wafa. Não há infância na Palestina Ocupada. ICArabe, On-line, 26. 2020, Política e Sociedade. Disponível em: <https://icarabe.org/index.php/node/3948> Acesso em: 10 out. 2023.
- AMNESTY INTERNATIONAL. Israel's apartheid against Palestinians: Cruel system of domination and crime against humanity. Londres: Amnesty International Ltd, 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en/> Acesso em: 10 out. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, 89-117, agosto de 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> Acesso em: 30 out. 2023.
- BARBOSA, Francirosy Campos. A Necropolítica de Israel que mata Palestinos pelo COVID-19. ICArabe, On-line, 29. 2020, Política e sociedade. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3800> Acesso em: 20 out. 2023.
- COSTA, Jose Luiz Silva da; QUEIROZ, Leticia Lucindo. Descolonizar o Poder: reverberações de Foucault em Mbembe. (Neoliberalismo + biopolítica + governamentalidade = necropolítica mundial. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 1, 115-130, fevereiro de 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/453> Acesso em: 10 out. 2023.
- DCI-P. **T Arbitrary by Default:** Palestinian Children in the Israeli Military Court System. Jerusalém: Defense for Children International – Palestine. Abril de 2016. Disponível em: https://nwtac.dci-palestine.org/arbitrary_by_default Acesso em: 10 out. 2023.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FARIA, Ana Badra de. **Os direitos humanos da crian-**

ça palestina. 2014. 111 f. Monografia – Curso de Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

FERREIRA, Dani. Especial Palestina: O drama das crianças presas pelo governo israelense. **Ponte Jornalismo.** On-line. 2017. Disponível em: <https://ponte.org/especial-palestina-parte1/> Acesso em: 10 out. 2023.

HAYDU, Marcelo. O Brasil e os Refugiados Palestinos. In: RODRIGUES, Viviane Mozine. **TA questão Palestina e os refugiados.** Vila Velha: Centro vv, 2011. 139-159.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios.** On-line. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> Acesso em: 10 out. 2023.

MISLEH, Soraya. Devemos nos inspirar na resistência da mulher palestina. **Carta Capital.** On-line. 2019 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/devemos-nos-inspirar-na-resistencia-da-mulher-palestina/> Acesso em: 10 out. 2023.

ONU. Com norte isolado, sobrevivência de habitantes de Gaza fica sob risco crescente. **Organização das Nações Unidas.** On-line. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823102>

Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, Gilberto Luciano. **Direito humano de acesso à água pelos palestinos: o problema hídrico no conflito árabe-israelense.** 2018. 269 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, UFSC, Santa Catarina, 2018.

SAYID, Marcos Tenório. A cruel e ilegal realidade dos presos palestinos. **Vermelho..** On-line. 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/a-cruel-e-ilegal-realidade-dos-presos-palestinos/> Acesso em: 10 out. 2023..

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas,** Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 10 out. 2023.

ZARIF, Hasan. **A causa da Palestina.** São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

Recebido em: 15/11/2023
Revisado em: 15/09/2024
Aprovado em: 24/09/2024
Publicado em: 26/09/2024

Yassmin Nasser Said Sagr é psicóloga clínica graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Com experiência na área de políticas públicas de saúde e de assistência. Autora da pesquisa “a questão da Palestina; compreensões da Nakba até aos dias atuais e os impactos na saúde mental”. *E-mail:* yassmin.said.sagr@gmail.com

Rafael Wolski de Oliveira é Doutor e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor dos cursos de graduação em psicologia e da residência multiprofissional em saúde mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Orientou a pesquisa e contribuiu como segundo autor na escrita e na revisão do artigo. *E-mail:* rafaelwolski@gmail.com